

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
EDUCAÇÃO – CED – LICECIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

GIANE AMERICO LIEBEL

**ESTUDO DE CASO DE MULHERES E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA NA  
AGRICULTURA FAMILIAR EM MAFRA – Um estudo a partir da experiência da  
COOARPA - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores**

FLORIANÓPOLIS

2020

Giane Americo Liebel

**ESTUDO DE CASO DE MULHERES E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA NA  
AGRICULTURA FAMILIAR EM MAFRA – Um estudo a partir da experiência da  
COOARPA - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de licenciada em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaise Costa Guzzatti.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

LIEBEL, Americo Giane  
ESTUDO DE CASO DE MULHERES E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA NA  
AGRICULTURA FAMILIAR EM MAFRA - Um estudo a partir da  
experiência da Coarpa-Cooperativa Agropecuária Regional de  
Pequenos Produtores/ Giane Americo Liebel;  
Orientador, Thaise Costa Guzzatti, 2020. 50 p.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal  
de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em  
Educação do Campo, Florianópolis, 2020. Inclui referências.  
1. Educação do Campo. I. Guzzatti, Thaise Costa. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do  
Campo. III. Título.

Giane Americo Liebel

**ESTUDO DE CASO DE MULHERES E SUAS HISTÓRIAS DE VIDA NA  
AGRICULTURA FAMILIAR EM MAFRA – Um estudo a partir da experiência da  
COARPA - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciada em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciada em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.

Florianópolis, de 2020.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Angelita da Conceição  
Coordenadora do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>o</sup> Silvio Domingos Mendes Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Presidente

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Angelita da Conceição  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vilênia Venâncio Porto Aguiar  
NAF – Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar/  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha professora Graziela Del Mônico que no primeiro ano do curso presenciou minha luta de libertação como mulher para conseguir concluir o meu sonho do curso superior. Agradeço também aos conselhos recebidos da professora Carolina Orquiza Cherm. Também a professora Thaise Costa Guzzatti que me impediu de desistir quando liguei pedindo para cancelar a minha ida de janeiro de 2017, me fazendo enxergar que era capaz e me fez estar aqui hoje.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar com o meu coração transbordando de alegria agradeço a Deus por ter conseguido aos 44 anos, concluir o ensino superior, meu sonho de vida. Morando no campo não tive acesso fácil a educação e mesmo não tendo base escolar adequada, frequentando escola do campo até a 4ª série e depois indo contra a vontade dos pais para continuar os estudos, andava 45 minutos para ter acesso ao ensino de adultos e concluir o ensino fundamental e médio. Chegar até aqui é com certeza uma grande conquista, pois vejo quantas barreiras foram vencidas ao longo do tempo.

Aos meus pais, José e Alice, que finalmente aceitaram a ideia da minha formação superior e não pouparam esforços para me apoiar perdendo sono ao me levar de madrugada para as jornadas do tempo universidade e também esperando acordados para me buscar no retorno.

Agradeço a minha filha que, embora com pouca idade, sempre me disse nos momentos mais difíceis: “Mãe, não desista dos seus sonhos”. Agradeço também ao meu companheiro que esteve junto comigo me auxiliando de todas as formas me dando apoio para que essa conclusão fosse possível.

A todos/as os/as professores/as que fizeram parte desse trajeto, em especial a minha orientadora, professora Thaise, que nos acompanhou desde o primeiro ano em campo, dando todo o suporte ao diagnóstico realizado e, sendo assim, não poderia deixar de estar junto nessa etapa final. Todos os meus agradecimentos à sua dedicação e atenção.

As minhas amigas do curso, em especial àquelas que estiveram mais presentes, chorando muitas vezes junto comigo e me aconselhando a não desistir.

À todas as entrevistadas pela disponibilidade e atenção e a todos/as que de alguma maneira diretamente ou indiretamente contribuíram para minha formação.

*Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui, nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.*

*Albert Einstein*



## RESUMO

O objetivo geral deste estudo era verificar se houve avanço na maneira que essas mulheres eram vistas há anos atrás no trabalho na vida pessoal, no que diz respeito a superação das desigualdades de gênero e no reconhecimento do trabalho delas na produção de alimentos em Mafra. Utilizou-se como estratégia metodológica a realização de um estudo de caso da Cooarpa (Cooperativa Regional de Pequenos Agricultores), tendo sido efetuadas três entrevistas em 2019 com mulheres associadas e com uma integrante da diretoria. Os resultados foram analisados à luz da revisão bibliográfica realizada que aponta a questão de gênero no meio rural e na agricultura familiar, além de uma breve contextualização do município de Mafra e da Cooarpa. Como resultados da pesquisa, observou-se que as mulheres associadas à Cooarpa produzem alimentos de qualidade, se organizaram para comercializar, aprenderam a dirigir, abriram conta em banco, fizeram cursos, participaram de protestos. Estão passando para os filhos e filhas a experiência de trabalho com a terra e de organização social e garantem para suas famílias uma alimentação diversificada e de qualidade. Infelizmente as mulheres, assim como todo o conjunto de agricultores familiares, enfrentam dificuldades frente ao desenvolvimento da produção convencional, ou seja, àquela que produz mais (com pior qualidade, já que com muitos insumos químicos) em menos área e com menos trabalhadores. A questão do acesso à terra mostra-se um desafio no campo, dada a concentração fundiária. Por outro lado, o acesso à terra por herança para mulheres, algo que na geração passada ainda era um grande desafio, mostra sinais de avanço. A divisão sexual do trabalho permanece como um desafio no meio rural, influenciando negativamente na vida das mulheres entrevistadas.

**Palavras-chave:** Autonomia. Invisibilidade do trabalho da mulher. Gênero. Divisão sexual do Trabalho. Mulher do Campo.



## ABSTRACT

The general objective of this study was to verify whether there was progress in the way that these women were seen years ago in the work and their personal life in regards to overcoming gender, inequalities, and recognized their contribution in food production in Mafra-SC. A case study of Coarpa (Regional Cooperative of Small Farmers) was used as a methodological strategy, with three interviews being conducted in 2019 with female members and someone from the board. The results were analyzed in the view of the bibliography review, which focused on the gender issue in rural areas and family farming, in addition to a brief contextualization of the municipality of Mafra and Coarpa. As a result of the research, it was observed that the female members of Coarpa produced high quality food, organized themselves to sell, learned to drive, opened their own bank account, took courses and participated in protests. They are passing on the experience of working in the field and social organization to their sons and daughters, as well as guaranteeing diversified and high quality food for their families. Unfortunately, women, as well as the whole group of family farmers, face difficulties in the face of the development of conventional production, which produces more (with worse quality, since they use many chemicals) in less space and with less workers. The issue of access to land is a challenge in the countryside, given the concentration of land ownership. On the other hand, access to land by inheritance for women, something that in the past generation was still a great challenge, shows signs of progress. The gender division of labor remains a challenge in rural areas, negatively influencing the lives of the women interviewed.

**Keywords:** Autonomy. Invisibility of womens work, Gender, Division of labor by gender, Country woman.



## **Lista de Figuras**

Figura 1 – Localização de Mafra no Estado de Santa Catarina



### **Listas de Quadros**

Quadro1: Principais culturas vegetais produzidas em Mafra, área plantada e quantidade produzida.

Quadro2: Organograma da direção da COOARPA.



## **Lista de Siglas**

AMPLANORTE - Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense  
BNAF - Banco Nacional da Agricultura Familiar  
CNH - Carteira Nacional de Habilitação  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOARPA - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores  
DAP - Declaração de Aptidão do Pronaf  
DPMR - Diretoria de Política para Mulheres Rurais  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
FATESC - Faculdade de Tecnologia de Santa Catarina  
FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano do Município  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PIB - Produto Interno Bruto  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
STRs - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UPF - Unidade de Produção Familiar



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	20
<b>2. Capítulo 1 - Breve contextualização sobre desigualdade de gênero no meio rural</b>	24
<b>3. Capítulo 2 - Lócus de estudo: Município De Mafra (SC) e a Coarpa</b>	30
3.1 Mafra – Caracterização do espaço agrário	32
3.2 - Coarpa - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores	33
<b>4. Capítulo 3 - Agricultoras em Mafra: uma trajetória de superação das desigualdades de gênero e produção de alimentos</b>	39
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	49
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	51
<b>7. APÊNDICE</b>	53
7.1 Roteiro de entrevista	53

## 1. INTRODUÇÃO

Durante minha formação no curso de Licenciatura em Educação do Campo, deparei-me em diferentes disciplinas, mas também durante pesquisas e vivências realizadas nos tempos comunidade<sup>1</sup>, com o debate e a visualização de dificuldades enfrentadas pelas mulheres na agricultura familiar.

Um dos fatores que me influenciaram a eleger tal temática para investigação e objetivo geral de estudo – situação das mulheres no campo e na agricultura familiar em Mafra, foi por ter nascido e crescido no meio rural, ser neta e filha de mulheres agricultoras e, também ter sido agricultora desde muito cedo, acompanhando meus pais no trabalho da roça.

Naquela época, frequentava a escola no período da manhã e à tarde ia junto com meus pais para a lavoura. Desde cedo aprendi a trabalhar na plantação, até meus 19 anos. Abandonei o campo em busca do crescimento pessoal e profissional que não vislumbrava ali naquele espaço, saindo em busca de outras profissões e do reconhecimento que as mulheres não tinham no campo.

Em minha trajetória, vivi e acompanhei o trabalho árduo das mulheres do campo na produção de alimentos. O trabalho das mulheres era desvalorizado, considerado por muitas pessoas como mais leve que aquele exercido pelos homens e uma ajuda aos maridos ou pais. Além do trabalho realizado na agricultura, as mulheres ainda tinham que dar conta de todas as tarefas da casa, filhos, parentes doentes e muitas vezes acamados.

A injustiça contra as mulheres se materializava de muitas formas, como quando chegavam à idade a aposentadoria e não tinham direitos, pois eram consideradas nas documentações como “do lar”, desprezando todo o tempo de trabalho delas na

---

<sup>1</sup> A licenciatura em Educação do Campo adota a pedagogia da alternância (PA) como estratégia metodológica. A PA busca, além de viabilizar que os/as educandos/as possam conciliar trabalho e estudo, envolver os/as estudantes num processo educativo uno, que articula a experiência acadêmica (universitária) propriamente dita com a experiência de trabalho e vida no seio da comunidade onde vive (LECAMPO, 2012). Neste caso, o processo formativo organiza-se através de dois tempos distintos, porém complementares. Um deles é o tempo escola ou universidade (TU). No caso da turma Rio Negrinho e Mafra, as aulas aconteciam nos finais de semanas, em períodos quinzenais, no território do Planalto Norte Catarinense, e aulas em período integral na Universidade em Florianópolis, efetuadas no período de férias de julho (duas semanas) e em janeiro (três semanas). Por outro lado, o Tempo Comunidade (TC), acontecia quinzenalmente na localidade. Em cada ano do curso uma ênfase é dada ao TC: no primeiro ano realiza-se um diagnóstico da localidade; no segundo são realizadas observações na escola; no terceiro o foco é a sala de aula e no último busca-se relacionar escola e comunidade.

agricultura. Dona Alice, minha mãe, muitas vezes me recomendou: “Quando você casar não deixe colocarem lá no registro de casamento sua profissão como “do lar”, pois só “do lar” nunca somos, nós mulheres sempre estamos rente à plantação, juntas na roça e não temos o direito nem a aposentaria quando chegamos à velhice”.

Da mesma forma, acompanhei a luta da minha avó para conseguir a tão sonhada aposentadoria. Lutou por anos tentando colocar seu nome em blocos de notas do meu avô para poder comprovar que trabalhava na agricultura e tinha o direito de ter uma aposentadoria e que o “do lar” que constava em seus documentos, não dava conta de explicar as atividades que desenvolvia. Só com 65 anos teve essa vitória tão sonhada e após dois meses faleceu, não conseguindo aproveitar o benefício.

Conquistas como a seguridade social, o acesso ao crédito, o direito à titularidade da terra e várias políticas específicas firmadas, sobretudo nas Gestões Lula e, posteriormente, Dilma, foram fruto da organização das mulheres rurais nos movimentos sociais, colaborando com seu reconhecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora (SALES, 2007; SCHWENDLER, 2009 e FILIPAK; ALEIXO, 2017).

Apesar de reconhecer tais conquistas, sei que os desafios persistem e, em alguns setores, retrocessos já são evidenciados. Um exemplo foi a extinção feita pelo governo Michel Temer no dia 12 de maio de 2016 da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) do também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Governo Federal.

É neste contexto que emerge o objetivo deste trabalho. De um lado, uma inquietação de estudante de compreender qual é a situação atual das mulheres na agricultura familiar em Mafra, meu município. De outro, um desejo de contribuir de alguma forma na reflexão e visibilidade do trabalho que elas desenvolvem.

Para conseguir cumprir o propósito supramencionado, do ponto de vista metodológico, optei pela realização de um estudo de caso junto a Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores - Coarpa. Esta organização foi escolhida por dar prioridade à agricultura familiar, e por valorizar o trabalho das mulheres agricultoras, incentivando que as associadas participem, por exemplo, da diretoria. Outro fator relevante é o tempo de existência da cooperativa na região, a qual foi constituída em 02/12/2002. Ela é apoiada diretamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, único da região que apoia os trabalhadores da agricultura,

tendo o reconhecimento notório na localidade. Quando a cooperativa teve início, a mesma funcionava praticamente em conjunto com o Sindicato e tinha o nome de “BNAF”, sigla que correspondia ao “Banco Nacional da Agricultura Familiar”, sendo posteriormente alterado para “Cooarpa”.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Godoy (1995), explica a importância desta metodologia, destacando que.

Um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995, p. 21).

Desta forma, definido o método e o escopo - estudo de caso da situação das mulheres agricultoras na produção de alimentos em Mafra, a partir da experiência na Cooarpa, passei a me preocupar em compreender melhor o fenômeno a ser analisado.

Realizei uma breve revisão de bibliografia sobre a questão das mulheres do campo, sobretudo naquilo que se relaciona com os debates sobre desigualdades enfrentadas por essas mulheres da agricultura familiar. Esta etapa foi fundamental para me auxiliar na identificação de elementos de análise durante a etapa de campo e, posteriormente, para análise dos dados coletados.

Além disso, uma breve caracterização do município de Mafra e da Cooarpa (Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores), a qual permitiu compreender melhor (eu e possíveis leitores!) o lugar de onde falo (o município, mas também a cooperativa) e onde vivem e trabalham as mulheres que participaram da pesquisa.

Após estas etapas, passei a planejar o estudo de caso propriamente dito. Para isso, optei em iniciar com uma entrevista exploratória. A partir da elaboração de um roteiro estruturado (Apêndice) e de sua aplicação com a presidente da cooperativa, tive acesso a informações e documentos da Cooarpa, além de compreender melhor o ambiente a ser estudado.

Com base nas informações coletadas, selecionei mulheres com o perfil empreendedor, as quais duas foram apontadas como responsáveis pela administração da sua UPF (Unidade de Produção Familiar). Com o apoio de um roteiro estruturado, três mulheres com disponibilidade para participar da pesquisa

foram entrevistadas em suas propriedades, o que permitiu também realizar observações no contexto no qual as mesmas estão inseridas.

A partir disso, busquei construir, apoiada nos conhecimentos adquiridos durante a formação na Licenciatura em Educação do Campo, mas também na revisão bibliográfica realizada para o estudo em tela, meu entendimento referente às mulheres na agricultura familiar, analisando se houve avanços com o passar dos anos na maneira que sua força de trabalho é exercida nas propriedades e nas suas residências em Mafra.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além de introdução e de minhas considerações finais. Descrevo junto à introdução o decorrer do tempo acadêmico em que me fez despertar ainda mais curiosidade por aprofundar esta investigação de caso onde as protagonistas são as mulheres do campo. Além disso, compartilho parte da minha trajetória no tempo que permaneci no campo e alguns relatos obtidos com as pessoas que fizeram parte da minha história de vida. Busco deixar claro, neste item, a justificativa para realização do estudo, os objetivos estabelecidos e como realizei a pesquisa.

No primeiro capítulo falo das mulheres do campo. Abordo as desigualdades de gênero a que historicamente foram submetidas, mas também ressalto a importância do trabalho delas na produção de alimentos e garantia da segurança alimentar e nutricional das suas famílias e, por que não dizer, do Brasil.

No segundo capítulo busco situar o leitor sobre o município de Mafra, suas características geográficas, seu espaço agrário e produção, um pouco da sua história e do seu povo, pois é ali naquela região do Planalto Norte de Santa Catarina que a investigação aconteceu, junto das cooperadas da Cooarpa (Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores).

O terceiro capítulo apresenta e discute os dados coletados, a partir dos objetivos estabelecidos. Ou seja, busco apresentar, a partir das entrevistas realizadas, a participação das mulheres na produção de alimentos em Mafra e a evolução das questões de gênero no meio rural do município. Apresentamos uma breve caracterização do município de Mafra, com vistas a permitir uma compreensão do local onde o estudo se desenvolveu. Tal descrição foca na estrutura agrária e produtiva do município. Além disso, apresenta-se a Cooarpa, cooperativa na qual as mulheres entrevistadas participam e entregam sua produção.

## 2. Capítulo 1 - Breve contextualização sobre desigualdade de gênero no meio rural

O propósito deste capítulo é pontuar, mesmo que de forma breve as desigualdades de gênero, sobretudo àquelas mais evidentes no meio rural e que foram historicamente construídas. Por outro lado, busca evidenciar que apesar de haver uma invisibilização do trabalho das mulheres na agricultura, há de outra parte, um debate que se apresenta de forma mais consistente nos últimos e que afirma que elas são “peça-chave” para segurança alimentar e nutricional das populações e erradicação da fome no mundo (FAO, 2018). SILIPRANDI (2015) destaca, no âmbito da persistência das desigualdades que:

Embora comparativamente hoje as mulheres dos países ocidentais estejam, em termos de direitos civis, em situação infinitamente melhor do que se encontravam no início do século XX, ainda persistem desigualdades flagrantes na comparação da sua situação com a dos homens, tanto no que diz respeito às condições estruturais e econômicas, de acesso aos meios físicos para a sua sobrevivência (ao trabalho, à propriedade, ao poder político), como com relação à possibilidade de realização de projetos autônomos de vida, por conta da manutenção de padrões de gênero fortemente excludentes (SILIPRANDI, 2015, p 45).

Para Scott (1989) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1989, pg. 21). Desta forma, o termo gênero se constitui nas relações sociais e de poder entre homens e mulheres.

No meio rural, percebe-se que as desigualdades de gênero são passadas de geração para geração e enraizadas na estrutura familiar, a qual foi constituída sob a égide patriarcal. Nessa perspectiva o homem era considerado o provedor e o “chefe” da família, cabendo às mulheres, geralmente, uma posição subordinada na estrutura familiar (CARVALHO, 2012). Castells explica que o patriarcado se caracteriza:

Pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher, que permeia todas as organizações da sociedade, da produção do consumo, à política, à legislação e à cultura. Além desses lugares, o patriarcado expressa-se também no campo do discurso, da linguagem, da subjetividade e símbolos. Essas manifestações permeiam as relações sociais dentro e fora do espaço doméstico/privado (CASTELLS, 1999, p. 169).

SANTANA (2010) alerta que esta situação está sendo alterada na contemporaneidade, sobretudo fruto da luta de muitas mulheres, organizadas ou não.

No entanto, a dominação dos homens sobre as mulheres é ainda muito evidente dentro de nossa sociedade e impacta na vida delas, já que são atribuídos aos homens privilégios materiais e culturais (WELZER-LANG, 2001).

Cabe evidenciar, neste debate, o conceito de agricultura familiar e como ele contribui para mascarar as desigualdades de gênero. Historicamente as definições desta categoria social, conforme evidenciou Schneider (2009) citado por Castro (2016), aponta que o trabalho na unidade é desenvolvido, de forma genérica, pela família. Neste sentido, o autor explica que a agricultura familiar:

Vem sendo entendida como o exercício de uma atividade econômica por parte de um grupo social unido por laços de parentesco e de consanguinidade. É, economicamente, um grupo social que trabalha e produz bens e serviços e, socialmente, adota uma forma de trabalho e de produção, em que a atividade (agricultura) se concretiza no núcleo doméstico e familiar (CASTRO, 2016, pg 83 apud SCHNEIDER, 2009, p. 09).

Tais conceitos tratam as famílias como um “todo homogêneo”, desconsiderando as especificidades de cada membro e as atividades que desenvolvem frente à estrutura patriarcal da sociedade brasileira (BUTTO; HORA, 2008),

Esta situação contribui para que, nas unidades familiares de produção (UPF), geralmente o trabalho do homem esteja mais ligado à produção e da mulher ao da reprodução. Significa dizer que elas se ocupam principalmente do cuidado da casa, dos filhos (e idosos) e, geralmente, dos quintais produtivos (àqueles destinados a produção de alimentos para a família, com eventual venda de excedentes). Este trabalho é bastante invisível para a sociedade, já que não gera renda direta (ou seja, o que é produzido não é vendido), mesmo que signifique, por outro lado, o não dispêndio de recursos para aquisição dos produtos e serviços para manutenção da família (BONI, 2005).

Em muitos casos, o homem é quem decide o que será produzido e de que forma, onde será comercializado e, principalmente, o que será feito com o dinheiro auferido. É ele que prioritariamente recebe a assistência técnica e participa de cursos de formação para o aprimoramento do trabalho produtivo, ele que possui conta no banco, ele que dirige, dentre outras coisas.

O trabalho da mulher, muitas vezes, é visto como ajuda, quase um não trabalho. Essa divisão de trabalho e de responsabilidade entre os sexos levou, ao

longo da história, homens e mulheres a assumirem posições distintas em termos de poder, prestígio e riqueza (PAULILO, 1987; BONI, 2005).

Joana (2019) reforça esta situação de que em muitos casos não há o reconhecimento do trabalho das mulheres e que as tarefas que desempenham acabam sendo denominadas pelos seus familiares como ajuda e não recebendo o devido valor – social e mesmo financeiro que seria justo. Segundo Neves e Medeiros (2013):

Dentre os lugares-comuns nas interpretações de muitos autores que se ocupam de formas de ação das mulheres no campesinato, há a exaltação de que elas realizam tarefas hercúleas, desempenham papel fundamental na reprodução da posição ou até mesmo em saídas diante da expropriação, mas, não têm essas tarefas reconhecidas por seus respectivos valores econômicos. [...]” (NEVES; MEDEIROS, 2013, p 27).

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ao contestar a invisibilidade do trabalho reprodutivo, aponta que esta situação é agravada pelo capitalismo. Segundo o movimento:

Vivemos em uma sociedade baseada no sistema de exploração e opressão capitalista, patriarcal e racista, na qual a família é um dos principais meios de manutenção desse sistema. Ao invés desse lugar harmonioso, o que encontramos são famílias cuja estrutura destitui mulheres e jovens do poder não só de decidir, mas até mesmo de opinar (MMC, 2012, p 60).

A divisão de tarefas e atribuições entre sexos é conceituada como divisão sexual do trabalho. Segundo Cherfem (2015) existem dois elementos principais e organizativos para esse conceito: o da separação, o qual consiste em dizer que existem trabalhos de homem e outros de mulher e o da hierarquização, ressaltando a ideia de que o trabalho de homem vale mais do que o de mulher.

As desigualdades no meio rural entre homens e mulheres se materializaram historicamente também de outras formas, como em relação ao controle dos recursos produtivos. Neste sentido, outro aspecto que historicamente dificultou o trabalho da mulher agricultora foi o acesso à terra (PAULILO, 2003; BUMER & ANJOS, 2008). Neves; Medeiros (2013), neste sentido, destacam:

(...) chamamos a atenção para as que se pautam na análise dos mecanismos hierarquizantes e excludentes da transmissão do patrimônio, especialmente aqueles que regulam os bens a serem transmitidos às filhas. Reconhece-se que esses mecanismos estão referenciados por sistemas de troca em que, pelos homens, a terra permanece na família. Essas formas de organizar a transmissão de bens, se não podem ser reconhecidas como princípio de

patrilinearidade, de qualquer modo favorecem o lado paterno e a transmissão através dos homens da família [...]. (NEVES; MEDEIROS, 2013, p. 29).

Neste contexto, é claro o privilégio que muitos homens têm em relação à terra, principal fator de produção de alimentos. Em pesquisas realizadas no Tempo Comunidade (curso de Licenciatura em Educação do Campo) no ano 2016, percebemos claramente esta dura realidade nas entrevistas realizadas com jovens do campo em Mafra<sup>2</sup>. Parte das filhas mulheres não tinha o mesmo acesso às terras e de permanecerem na propriedade dando sequência às atividades de seus pais. Algumas eram incentivadas a casar e trabalhar em outras funções, mantendo com isso a predominância dos privilégios masculinos e as desigualdades entre homens e mulheres. (INÉDITO).<sup>2</sup> PAULILO (2004) assevera esta problemática ao concluir:

Um fato bem conhecido, entre nós, é que o acesso das mulheres à terra é menor que o dos homens no mundo todo. A América Latina e, dentro dela, o Brasil não são exceções. A conquista do direito a esse bem em vários países não significou uma possibilidade concreta de filhas de agricultores partilharem a herança em pé de igualdade com seus irmãos homens (PAULILO, 2004, p5).

A terra é o principal meio de produção. Sem ela as mulheres ficam, obviamente, restritas ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. Se, perante a legislação brasileira, filhos e filhas possuem o mesmo direito, então por que os filhos homens são providos de mais direito do que as filhas mulheres na partilha de terras?

As autoras Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo Medeiros e Maria Angélica Motta-Maués, amparadas em Dumont (1997), utilizam o conceito de hierarquia para explicar como se constroem as desigualdades de gênero. Segundo elas:

A organização das mais diversas sociedades está permeada por classificações, envolvendo hierarquizações-referentes a tempo, espaço, homens e mulheres. As classificações indicativas das hierarquizações, por sua vez, não se confundem com autoridade e poder, ainda que possam em determinados casos, estar relacionadas a esses princípios de ordenação social. (...) as classificações e hierarquias a elas correspondentes estão intimamente associadas à oposição, distinção, valorização, identidade e gradação (NEVES, MEDEIROS, MOTTA-MAUÉS apud DUMONT (1997). p.150)

---

<sup>2</sup> Resultado das pesquisas feitas a campo de estudos orientados, no primeiro ano do curso de licenciatura em educação do campo TC. Diagnóstico construído em dupla pelas alunas Andressa Josiane Eckel e Giane Americo Liebel no ano de 2016.

As entrevistas realizadas em Unidades Familiares de Produção (UPF) no início da faculdade em Mafra, no ano de 2016, deixaram bem explícito que, no discurso de muitas pessoas, quem trabalha na agricultura é o homem e a mulher só ajuda. As mulheres estão, em alguns casos, acostumadas com essa hierarquia que valoriza mais o trabalho dos homens<sup>2</sup>. (INÉDITO).

A desigualdade de gênero não é algo natural, mas um fenômeno que foi historicamente construído e que, por isso, pode e deve ser contestado e desconstruído. Há tempos, mulheres vêm se organizando e denunciando as injustiças às quais são submetidas, seja no ambiente familiar, seja nas diferentes organizações, pelas políticas públicas, etc.

O Movimento de Mulheres Camponesas combate às desigualdades de gênero no meio rural através de lutas, buscando equidade. Além disso, defende a produção de alimentos de forma agroecológica, garantindo e valorizando a economia solidária e a soberania alimentar. Neste sentido, o MMC afirma:

(...) apesar de todas as dificuldades e imposições de um sistema agrícola capitalista e patriarcal, a missão do MMC pela libertação das mulheres por meio das lutas, da organização e da autonomia, tem dado resultados. As camponesas desse estado reconhecem-se e são agentes de modificação da sociedade na qual vivem e trabalham (MMC, 2012, p.80).

Este e outros movimentos e organizações, apoiados por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento, no bojo das lutas contra a discriminação e desvalorização do trabalho das mulheres do campo, buscam dar visibilidade a importância do mesmo, seja para a segurança alimentar das famílias, mas também para toda a sociedade. Destaque-se ainda, o reconhecimento do papel crucial das mulheres na transição agroecológica (SILIPRANDI, 2015).

Apesar de haver preconceito em relação às possibilidades das mulheres em relação ao desenvolvimento das atividades produtivas no campo, Vidal (2011) citado por Mesquita (2012), ao estudar o trabalho feminino no manejo agropecuário de UPF (Unidades Produtivas Familiares) no Semiárido brasileiro, verificou que existe grande diversidade no trabalho agropecuário feminino nessas comunidades rurais. Neste sentido, verificou que a alocação predominante da força de trabalho delas é destinada para produção de ovos, de aves e suínos, hortícolas e frutas e em trabalhos administrativos das UPF.

A mulher, nos diferentes setores da sociedade, vem de uma longa trajetória, passando por várias lutas até chegarem aos dias atuais com um olhar diferenciado no seu trabalho. Desafio persistente é, no entanto, no seio das famílias, na divisão das tarefas para que possam participar em todos os momentos da produção e comercialização de seus cultivos.

SILIPRANDI (2015) afirma que as mulheres apresentam historicamente uma relação intrínseca com as plantas. A partir de observações, as mulheres foram capazes de compreender o ciclo da vida e, a partir disso, da agricultura e do cuidado com a terra. Atualmente se destacam, inclusive, na busca de formas produtivas menos impactantes à natureza, por exemplo, defendendo a agroecologia como princípio produtivo (SILIPRANDI, 2015).

Importante lembrar que as mulheres rurais, como evidenciou ZAVALA (2019), representam 45% da força de trabalho agrícola em países em desenvolvimento como Brasil, chegando a 60% em partes da África e da Ásia. Elas são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos e também desempenham um importante papel na preservação da biodiversidade, a partir da produção de alimentos saudáveis.

Com as palavras do autor acima e com dados obtidos nas entrevistas compreendemos a importância das mulheres na produção de alimentos com a sua leveza, preocupação e cuidado com a vida.

Este TCC está organizado em três capítulos. Sendo que no primeiro capítulo está o aprofundamento dos conceitos apresentados acima com uma breve contextualização referente às desigualdades de gênero existentes em diversos lugares e na vida dessas mulheres na agricultura familiar.

### 3. Capítulo 2 - Lócus de estudo: Município De Mafra (SC) e a Coarpa

O município de Mafra situa-se no Planalto Norte Catarinense, integrando a AMPLANORTE (Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense), compondo a bacia hidrográfica do Rio Negro, figura 1. A instalação do município foi em 08 de setembro de 1917, ficando localizado as margens de Rio Negro. Denominou-se Mafra em homenagem ao defensor de Santa Catarina, Major Dr. Manuel da Silva Mafra, em relação à região “Contestada”, no que se refere a disputa estabelecida com o estado do Paraná<sup>3</sup>.

Mafra possuía uma população estimada para 2019, segundo IBGE, de 56.292 habitantes. A população auferida no último censo realizado em 2010 era de 52.912 habitantes. O município possui 1.406 km<sup>2</sup>, situando-se como o 4º maior município de Santa Catarina em extensão territorial. Sua densidade demográfica, sempre segundo IBGE, é 37.69hab/km<sup>2</sup>.

A partir destes dados e dos critérios indicados por Veiga (2002), quais sejam: densidade demográfica, tamanho da população e situação em relação a regiões metropolitanas, pode-se considerar que o município como ambivalente, ou seja, transição entre rural e urbano, já que sua população é maior que 50.000 habitantes.

Figura 1: Localização de Mafra no Estado de Santa Catarina



Fonte: Imagens Google

<sup>3</sup> Para saber mais sobre a Guerra do Contestado, consultar FRAGA (2005).

O clima em Mafra classifica-se como mesotérmico úmido, sem estação acentuadamente seca, com verões brandos e apresentando temperatura média anual em torno dos 16,7°C. A umidade relativa do ar fica em torno de 85% e a precipitação pluviométrica é de 1.300 a 1.800 mm/ano (BATISTA, 2003).

O município compõe o “Patamar de Mafra”, apresentando um relevo de colinas com pequena amplitude altimétrica, formando uma superfície regular, quase plana. A altitude média do município é de 800 metros do nível do mar (SANTA CATARINA, 1991).

A vegetação do município é classificada como “Floresta Ombrófila Mista”, mais conhecida como “Mata de Araucárias”, onde predomina o pinheiro-do-paraná, cuja espécie está desaparecendo diante da expansão de fronteiras agrícolas e a exploração madeireira. Juntamente com o pinheiro-do-paraná, existem outras espécies vegetais, onde se destacam principalmente a canela, a imbuia, a sapopema, a bracatinga e a erva-mate (SANTA CATARINA, 1991). Destaque-se, como bem lembrou Batista (2003), que a riqueza das reservas florestais de Mafra, sobretudo com o pinheiro araucária e a erva-mate, além de outras espécies, representou, por muitos anos, sua principal atividade, a extrativa florestal, a qual permitiu o assentamento dos primeiros colonos, que mais tarde passariam a desenvolver atividades da agropecuária de subsistência.

O IDHM<sup>4</sup> (Índice de Desenvolvimento Humano do Município) de Mafra para 2010 foi determinado em 0,777, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,880, seguida de Renda, com índice de 0,738, e de Educação, com índice de 0,723 (ATLAS BRASIL, 2013).

Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto), os dados do IBGE indicam que o município ficou na 31ª Posição em relação ao Estado de Santa Catarina (IBGE, 2017).

---

<sup>4</sup> O IDHM é um indicador sintético que varia de 0 a 1 e é composto por três outros indicadores: IDHM-Longevidade, IDHM-Renda e IDHM-Educação. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do município.

### 3.1 Mafra – Caracterização do espaço agrário

Em Mafra, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, existiam 1.938 estabelecimentos agropecuários em 86.975 hectares, os quais ocupavam 5.685 pessoas. Destes, 1.604 estabelecimentos foram classificados como de agricultura familiar<sup>5</sup>, ocupando 26.689 hectares e envolvendo 4.150 pessoas.

Ou seja, os estabelecimentos de agricultura familiar correspondiam a 82,77% do total de unidades, ocupavam somente 30,69% das terras, mas por outro lado, 73% das pessoas ocupadas na agricultura e pecuária estavam nestes estabelecimentos (IBGE, 2017).

Do ponto de vista do número de estabelecimentos que obtiveram financiamento com recursos provenientes de programas governamentais de crédito, 29% do total de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar conseguiram acessar tais recursos e 40,72% daqueles classificados como não familiar obtiveram tal apoio (IBGE, 2017).

Os dados do Censo agropecuário de 2017 também revelaram que, no que concerne o valor da produção dos estabelecimentos agropecuários, os estabelecimentos classificados como não familiar responderam por 66,27% do valor, enquanto os de agricultura familiar contribuíram com 33,73%.

Isso mostra, como bem destacaram Guilhoto et al (2007); Veiga (2001); Pereira et al (2010) e Mattei (2016), a contradição presente no campo brasileiro e neste caso, reproduzida também Mafra.

Caporal & Costabeber (2006) deixam claro que a agricultura familiar é a principal produtora dos alimentos que garantem a segurança alimentar da população brasileira. Ademais, os autores reforçam que é neste tipo de estabelecimento que há mais possibilidades do desenvolvimento de agriculturas mais sustentáveis, sobretudo a agroecologia. Os dados do Censo corroboram esta colocação, já que foram relatados 15 estabelecimentos rurais que desenvolvem a agricultura orgânica em Mafra, sendo que 12 são de agricultura familiar (IBGE, 2017).

No que concerne à produção vegetal em Mafra para a safra de 2018/2019, o quadro 1 apresenta os resultados.

---

<sup>5</sup> Agricultura familiar definida de acordo com a Lei nº 11.326.

Quadro1: Principais culturas vegetais produzidas em Mafra, área plantada e quantidade produzida.

<b>Culturas</b>	<b>Área atual plantada (ha).</b>	<b>Quantidade atual produzida (t.)</b>
Batata	150	6.750
Cebola	30	960
Feijão (1ª. Safra)	1.200	2.016
Feijão (2ª. Safra)	700	761,60
Fumo	3.800	8.360
Milho (1ª. Safra)	5.500	48.400
Milho silagem	700	26.600
Soja	22.000	75.900
Trigo	2.500	7.500

Fonte: Cepa (2020).

Os dados evidenciados no quadro 1 demonstram que a principal atividade produzida no município é a soja. Na sequência, temos o milho e o fumo.

Na pecuária a avicultura, suinocultura e o rebanho de gado leiteiro que ganham o destaque.

### **3.2 - Coarpa - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores**

A Coarpa (Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores) deriva da fundação, no Planalto Norte Catarinense, do BNAF (Banco Nacional da Agricultura Familiar) em 1997 (ANDRADE JÚNIOR, 2009). Este, por sua vez, foi criado pela Fundação Lyndolfo Silva<sup>6</sup>, instituída no ano de 1996, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (BATISTA, 2003).

O BNAF foi um programa que acompanhou, do ponto de vista do tempo e das políticas públicas para a agricultura familiar, a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Foram criados, conforme Batista (2003) e Andrade Júnior (2009), cinco coordenações regionais do BNAF no país, localizadas nos municípios de Araçuaí (MG), Frederico Westphalen (RS), Mafra (SC), Mossoró (RN) e Silvânia (GO).

Grisa (2010) lembra que a agricultura familiar começou a se organizar e conquistar maior espaço nas negociações políticas a partir do fim de ditadura militar na década de 80. As organizações eram feitas por trabalhadores rurais e pequenos produtores que se uniram para buscar melhores condições de vida e trabalho no

<sup>6</sup> Apesar de não ter encontrado informações concretas, parece que a Fundação Lyndolfo Silva era o próprio Bnaf (nome fantasia). Parece, também, que o fim do programa significou o fim da própria fundação.

campo. Destas lutas houve uma importante conquista para o setor com a criação do PRONAF, sendo este uma das principais políticas públicas voltada para a agricultura familiar no Brasil ainda nos dias atuais.

Apesar de ser banco, o BNAF não tinha qualquer relação com crédito, conforme explica BATISTA (2003). A proposta era, sim, de um banco de inteligência, captando e disponibilizando recursos tecnológicos para os agricultores familiares, auxiliando-os no processo de desenvolvimento. Batista explica ao que o BNAF se propunha. Segundo o autor.

Através dele os agricultores têm [tinham] acesso as novas formas de produção científica e tecnológica, possibilitando a inovação e geração de novos conhecimentos adequados à sua realidade socioeconômica (2003, pg. 76, acréscimos nossos).

Em Mafra, como destaca Batista (2003), o BNAF foi fundado em 1996, trabalhando com agricultores familiares, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina (FETAESC). Andrade Junior destaca:

Quando da implantação no município, o BNAF formalizou mais de 38 associações/grupos de agricultores familiares (entre 1996 e 1998). Mesmo formalmente extinta, tal instituição ainda é referência na comercialização dos produtos da agricultura familiar (ANDRADE JÚNIOR, 2009, pg. 84).

Nem todos os grupos criados com apoio do BNAF resistiram. No entanto, o envolvimento direto do sindicato rural e da prefeitura (Andrade Júnior, 2009) permitiu que alguns conseguissem resistir, se consolidando.

No vácuo deixado pelo BNAF, a Coarpa - Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores é fundada em 2002, englobando alguns dos grupos remanescentes da antiga organização (ANDRADE JÚNIOR, 2009).

Do ponto de vista da abrangência, conforme destacou entrevistada da diretoria da cooperativa, ela:

Têm área de ação, para efeito de admissão de associados e comercialização de produtos, abrangendo os municípios de Mafra, Itaiópolis, Rio Negrinho, Rio Negro, Canoinhas, Porto União, Campos Novos, Curitibaanos, Ituporanga, Abdon Batista, Brunópolis e Chapadão do Lajeado. (Entrevistada/diretoria Coarpa).

A cooperativa tem por objetivo geral receber a produção, proceder ao beneficiamento, armazenamento, industrializar e comercializar os produtos

produzidos por seus associados, quais sejam: conservas de verduras e legumes, doces, geleias e sucos de frutas, biscoitos, mel, feijão, oleícolas, frutas em geral e sementes de milho. Pretende cumprir com suas finalidades por meio das seguintes atividades, conforme estatuto:

- Realizar operações comerciais e financeiras, visando o abastecimento, com insumos e equipamentos, das propriedades e unidades industriais de seus associados.
- Prestar assistência técnica aos associados, durante a produção.
- Realizar operações comerciais e financeiras, visando a comercialização de todos os produtos, previamente definidos com a cooperativa, produzidos ou industrializados pelos associados.
- Desenvolver todas as atividades e operações que garantam a defesa e o desenvolvimento da produção e industrialização dos produtos dos seus associados.
- Garantir a distribuição equitativa, tanto de seus custos e encargos, quanto de seus excedentes.
- Prestar assistência educacional e social para o aprimoramento humano e profissional de seus associados e colaboradores.

A cooperativa dá prioridade, em sua comercialização, aos produtos de associados. No entanto, segundo a entrevistada que faz parte da diretoria da cooperativa, quando os mesmos não disponibilizam, ou não há produção suficiente para honrar com os compromissos assumidos, é feita a compra de outros produtores locais e até mesmo de outros municípios.

Segundo dados repassados pela entrevistada da diretoria da cooperativa, o quadro de cargos administrativos na cooperativa é composto da seguinte forma:

Quadro 2: Principais culturas vegetais produzidas em Mafra, área plantada e quantidade produzida.

<b>Cargo</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Presidência	00	01
Vice-presidência	01	00
Secretaria	00	01
Conselheiros de administração (efetivos)	02	01
Conselheiros de administração (suplentes)	01	02

Fonte: Organizada pela autora.

Ou seja, a diretoria é formada por cinco mulheres e quatro homens, sendo que a presidência é de uma mulher.

Segundo a entrevistada que integra a diretoria da cooperativa, cooperados são pessoas físicas e famílias com atividade agrícolas comprovadas pela DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf), ou seja, trata-se de uma cooperativa da agricultura familiar.

A Cooperativa, segundo informações da pesquisa de campo, possuía em 2019, 80 associados/as, sendo que estimam que 60% sejam mulheres. Destacam ainda que, no momento da entrevista, somente oito produtores/as associados/as estão entregando produtos. Segundo entrevistada:

A questão de ter oito produtores entregando hoje é por vários motivos. Primeiro a falta de produto. Qual a razão para falta de produto? Por falta de um técnico. A cooperativa está fazendo uma pareceria com a EPAGRI pra termos um técnico para acompanhar nossos produtores. Segundo motivo é o tempo, sol muito quente, geada, chuva de pedra, tudo isso cai bastante a produção, a produção é pouca. A gente tem bastante produtor, mas os que estão entregando hoje são os oito devido a algumas questões de falta de técnico agrícola e produção pequena, mas esse número está aumentando, já aumentou um pouquinho e a tendência é aumentar mais (Entrevistada/diretoria Coorpa).

Referente à participação das mulheres na cooperativa, segundo entrevistada que pertence à diretoria, “priorizamos as mulheres”. Segundo ela: “notamos diferença quando o produto é produzido por mulheres. São de melhor qualidade as verduras. Além disso, as mulheres buscam solução para ter resultado melhor na produção”.

Em relação aos funcionários/prestadores de serviço, atualmente contam com quatro colaboradores, sendo duas mulheres e dois homens. Os produtos que atualmente são entregues na cooperativa pelos/as produtores/as são: alface (crespa, lisa, roxa e americana), tomate, abobrinha, repolho, brócolis, couve flor, batata, melancia, pinhão, aipim, cheiro verde, agrião, rúcula, cebola, chuchu, alho, couve manteiga, milho verde, beterraba, cenoura, batata doce e batata salsa. Além disso, algumas frutas sendo: maçã, laranja, pokan, melão e morango.

Há um planejamento de produção, onde cada cooperado/a produz e entrega a quantidade adequada, sendo estimado através da quantidade de mudas. Objetiva-se, com isso, uma produção diversificada, sendo planejada a produção adequada para suprir as necessidades da Cooperativa.

O volume de produção e os principais produtos entregues são: Morango 100 kg/semana, Alface 300 cabeças/semana e Repolho 200 cabeças/semana.

Produtores/as de destaque, ou seja, que mais entregam são Mulheres, sendo que três são as maiores produtoras.

As formas de comercialização da cooperativa são as vendas, onde os produtos são entregues nas Escolas Municipais, Quartel de Curitiba, Quartel de Rio Negro e Maternidade, ou seja, principalmente através das compras institucionais – PAA<sup>7</sup> (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), os quais tiveram considerável diminuição, fato que explica, em parte, a diminuição do número de produtores/as ativos.

A loja física da Coarpa em Mafra foi encerrada devido à abertura de sacolões que vieram de fora (outros municípios) e o público ficou reduzido, pois não deu para acompanhar o valor de mercado dos produtos vendidos nos sacolões. A forma de pagamento aos produtores e produtoras é por meio de depósito em conta.

Quando há sobra de produtos (na gôndola, por exemplo), quem fica com o prejuízo é normalmente a cooperativa, não sendo descontado este prejuízo dos produtores. O/as cooperado/as só podem vender através da cooperativa, pois ela existe para este fim. Segundo a entrevistada da direção da cooperativa: “se vender fora estão estragando a função da cooperativa”.

A logística da cooperativa funciona através do recebimento das encomendas dos produtos via telefone e os produtores vêm até a sede da cooperativa na sexta-feira pela manhã para fazer a entrega dos produtos com condução própria, onde algumas cooperadas vêm dirigindo para entregar seus produtos.

Os “serviços” que a cooperativa fornece aos/as cooperados/as, além da comercialização dos produtos, disponibilizam um técnico agrícola para fazer o acompanhamento das plantações, mas no momento estão sem esse técnico. Estão realizando um acordo com EPAGRI para não ter este custo.

Não foi registrada nos anos anteriores a realização de cursos / seminários (ou outros) para os/as cooperados/as, conforme atas e documentos analisados.

Segundo entrevistada da direção da cooperativa, a participação das mulheres na Coarpa é evidente, pois a cooperativa é delas. Ela ressalta que as mulheres “se sentem à vontade de dar opiniões, pois são parte da direção também” (Entrevistada/diretoria Coarpa).

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre os programas de compra públicas atrelados a Coarpa consulte ANDRADE JÚNIOR, 2009.

Uma das ações já realizadas pela cooperativa com foco exclusivo para mulheres foi à participação na Marcha das Margaridas, onde, segundo entrevistada “as mesmas vão lutar por seus direitos inclusive reivindicar a mudança no processo de aposentadoria que está querendo aumentar a idade das cooperadas de se aposentar” (Entrevistada/diretoria Coarpa).

O próximo capítulo irá apresentar, a partir das entrevistas realizadas, analisadas e discutidas à luz das principais bibliografias que abordam as desigualdades de gênero na agricultura familiar e a produção de alimentos, a realidades das mulheres ligadas à Coarpa no município de Mafra.

#### **4. Capítulo 3 - Agricultoras em Mafra: uma trajetória de superação das desigualdades de gênero e produção de alimentos**

Este capítulo apresenta resultados das entrevistas realizadas para construção da pesquisa, analisadas à luz daquilo que foi apresentado nos capítulos 1 e 2. Lembro que à época da realização da pesquisa (2019), segundo entrevista exploratória realizada com a representante da diretoria da cooperativa, oito propriedades estavam entregando sua produção na Cooarpa. Destas, três foram indicadas pela representante para participação do estudo de caso pela relevância de sua produção em relação a quantidade total entregue atualmente e também por terem predominância das mulheres.

Recordo que meu interesse com este estudo era analisar como está sendo vista a força de trabalho de algumas mulheres da agricultura familiar nos dias atuais em Mafra, bem como se as desigualdades de gênero no campo estão sendo superadas. Assim, procurei nas entrevistas que foram realizadas em suas propriedades e com apoio de um roteiro (Apêndice), abordar a situação real delas enquanto mulheres produtoras e do trabalho que desenvolvem efetivamente.

Maria está com 47 anos. Ela é divorciada agricultora e integrante da diretoria da Cooarpa. Não possui filhos e também não possui terra. Ela se dedica ao trabalho na diretoria da cooperativa.

Ana, 43 anos é casada e tem três filhas, sendo a mais velha com 21 anos, a filha do meio com 16 anos e a mais nova com 12 anos. A UPF (Unidade de Produção Familiar) possui 11,8 hectares e está no nome do casal, tendo sido recebida como herança pelo marido. A área usada para produção é de três hectares e o restante é destinado à criação de gado. O casal mora no local há vinte e dois anos e sempre produzindo, mas para a cooperativa produzem há oito anos. O seu marido é autônomo e trabalha fora como caminhoneiro e quando ele está em casa participa da produção de morangos. As duas filhas mais novas também participam na produção. A mais velha trabalha no sindicato dos trabalhadores rurais de Mafra.

Joana, 53 anos, casada (marido, 55 anos), dois filhos, sendo o mais novo com 16 anos e o mais velho com 26 anos. A UPF possui aproximadamente 10 hectares segundo o filho mais novo que estava presente na entrevista, pois a entrevistada não tinha pleno conhecimento de medidas referente a área, sendo que aproximados

6 hectares desta área foi recebida por herança pelo seu marido (ainda no nome do sogro). O restante da área, equivalente a 4 hectares foi adquirido pelo casal (metade no nome do filho mais velho e o restante no nome do casal). Trabalham na propriedade 03 pessoas, sendo que o filho mais velho é caminhoneiro.

Karina está com 33 anos. Moram na UPF ela e seu marido (36 anos), sua filha de 11 anos e o filho de 6 anos. A UPF tem 8 hectares, sendo adquiridos quatro hectares de herança dos pais dela e os outros quatro provenientes de herança do marido. Apenas Karina trabalha na propriedade, já que o marido é caminhoneiro e as filhas ainda são crianças.

Desta breve caracterização, alguns elementos são evidentes. O primeiro deles é que, de fato, como o diagnóstico realizado em 2016 já havia indicado, assim como evidenciaram autoras como Paulilo (2003) e Brumer; Anjos (2008) ao estudarem a questão do preterimento das mulheres na herança da terra, a maioria das UPF inseridas neste estudo foram formadas a partir da herança dos maridos. Maria, ao reconhecer que a situação está se alterando, recorda o passado recente dizendo que “as mulheres não ganhavam herança. Quem tinha que dar as terras, era o marido. Só os homens que tinham a herança. Era uma coisa tão ingrata”.

Ana, por sua vez, cita o ocorrido com sua avó para explicar a dificuldade que ainda existe no campo em relação ao acesso à terra, sendo que algumas mulheres precisam acionar a justiça para ter seus direitos, mesmo que eles já estejam assegurados pela legislação. Ela reforça que isso é ruim do ponto de vista familiar, pois dificulta a continuidade dos laços entre parentes e ainda é ruim do ponto de vista financeiro. Segundo ela: “A minha avó não teve terras de herança, porque os irmãos não aceitavam que as mulheres ganhassem a terra, aí foi uma brigasseira na justiça e quem acabou ficando com a metade das terras foi o advogado”. No caso da entrevistada sua parte de terras de herança dos seus pais ainda não foi dividida, mas segundo ela terá direito igual aos seus irmãos.

Outro ponto a se observar é o tamanho das propriedades e a origem da força de trabalho. Todas se caracterizam como UPF da agricultura familiar, já que possuem área de terra relativamente pequena, sendo que o módulo fiscal para o município de Mafra é de 16 hectares e todas estão bem abaixo deste valor. Importante remarcar ainda que, segundo Pronaf<sup>8</sup>, uma propriedade familiar pode ter

---

<sup>8</sup> Lei da Agricultura Familiar (11.326/06).

até 4 módulos fiscais. Como vimos no capítulo 2, em Mafra, assim como o que acontece no Brasil, há uma concentração fundiária. Ou seja, muitos com pouca terra e poucos com muita terra, situação que está se agravando conforme último Censo Agropecuário (2017) no município. Assim, podemos considerar que algumas mulheres agricultoras familiares em Mafra possuem duplo desafio no que concerne o acesso ao principal meio de produção, ou seja, à terra.

Do ponto de vista da força de trabalho para produção de alimentos, assim como a própria denominação agricultura “familiar”, a família é que trabalha. Nenhuma das unidades entrevistadas possui funcionários. Na maioria dos casos a produção é feita essencialmente pela mulher, com participação dos filhos. Há de se destacar o papel delas em transmitir para gerações futuras o seu saber de cuidado do solo e da produção de alimentos, permitindo que a próxima geração crie vínculos com este trabalho.

Em relação à produção, a Coarpa dedica-se a comercializar produtos alimentares (e não commodities como a soja, em expansão no município) de seus/suas cooperados/as, mas também compra produtos de terceiros para honrar seus contratos no caso de produção deficitária. O contrário também é verdadeiro, ou seja, quando não há mercado na cooperativa, cooperados/as procuram outras formas de escoamento para a produção. Isso é muito ruim, segundo Maria, para os dois lados. O ideal seria haver produção suficiente e mercado estável para os agricultores e agricultoras. Mas, como veremos mais na frente neste texto, o acesso aos mercados é grande desafio para as organizações da agricultura familiar que buscam uma autonomia, ou seja, não se vincular a grande indústria que, de certa forma, “assegura” o mercado, mesmo que isso represente completa submissão dos/as agricultores/as a ela. Lembramos que para este território, a opção para pequenos produtores com pouca área tem sido historicamente a cultura do tabaco, ou seja, não é alimento e é altamente utilizadora de adubos químicos e venenos. Assim, podemos dizer que os produtores da Coarpa, sobretudo as mulheres, estão tentando resistir a este modelo. Destaca-se que, apesar de incentivarem, não possuem centralidade na produção orgânica.

Maria explica que fazem um planejamento de produção pela cooperativa, onde cada cooperado/a só produz e entrega o que é planejado, objetivando uma produção diversificada e adequada para suprir as necessidades da Cooperativa.

No entanto, ficou claro durante a realização das entrevistas que isso nem sempre funciona, já que há fatores – de um lado ou de outro, que não são passíveis de previsão/controlado pela cooperativa ou pelos/as produtores/as (por exemplo, frustração de safra ou, da parte da comercialização, cancelamento de pedidos e descontinuidade dos programas de compras públicas, principal forma de escoamento dos produtos nos anos recentes).

Ainda segundo Maria, o volume de produção e os principais produtos e quantidades entregues pelos/as associados/as são o morango - 100 kg/semana, alface - 300 cabeças/semana, repolho - 200 cabeças/semana. Quem ganha destaque, ou seja, as principais responsáveis por estas entregas são as produtoras mulheres.

Ana iniciou a produção de alimentos para a cooperativa há mais ou menos seis anos. Ela explica que, no caso de sua UPF, era cultivado outras culturas nas terras como o feijão. Por uma questão de custo/benefício, estão produzindo milho pra silagem destinado ao gado de corte. Além disso, diminuíram a produção de hortaliças, pois estava dando muito trabalho, passando a se dedicar ao morango, cultura que aumentou de 1.500 pés para 2.500 pés em 2019.

Joana iniciou a produção de alimentos sendo entregues para a cooperativa há doze anos. O seu foco é o pepino e principalmente o morango. Ela reforça que já plantava alimentos para a subsistência da família, destacando que são “produtos de qualidade e com baixo custo, sendo melhor do que adquirir os mesmos produtos no mercado com valor e absurdo”. Complementa dizendo: “economizamos e sabemos o que nossa família come”.

Karina diz que dos oito hectares da propriedade, seis são plantados milho, soja e feijão. Um hectare é plantado para cooperativa (principalmente hortaliças em geral), além de um abrigo de 40 metros quadrados que ela tem os morangos e também tem na propriedade produção de alimentos e animais para consumo da família. Ela ainda destaca o aspecto positivo de ter uma produção diversificada. Segundo ela “a gente planta um pouco de cada coisa. Quando um não tem, outro tem. As atividades da propriedade, quando uma não dá, a outra dá e repõe a que não dá”.

Podemos reforçar, neste sentido, que nenhuma das mulheres entrevistadas produz commodities. Elas produzem alimentos de qualidade para vender, além de garantir a segurança alimentar de suas famílias. Isso nem sempre é valorizado na

sociedade, já que a produção para o autoconsumo não é monetizada, conforme evidenciado no capítulo 2. Mas, evidente, para além da saúde pela qualidade do alimento produzido e consumido, a parte financeira também é muito importante como destacado pela Joana.

Destaca-se que as mulheres ligadas à Coorpa, assim como todos/as os/as agricultores/as familiares, possuem as dificuldades inerentes à produção agrícola e ao processo de comercialização.

Do ponto de vista da motivação para produzir alimentos e se associar numa cooperativa, Ana destaca que o principal motivo que a levou a se dedicar a agricultura foi a possibilidade de conciliar o trabalho com a salvaguarda das filhas. Ela trabalhava fora e suas filhas ficavam sozinhas e a menor tinha que ir para a escolinha. Foi então que decidiu produzir as hortaliças em casa para poder cuidar das filhas. Ela destaca, além disso, o amor pelo trabalho na roça e a possibilidade de alimentar sua família com produtos frescos e saudáveis, além de ter uma fonte de renda com aquilo que é vendido externamente.

Ou seja, como diferentes estudos já indicaram, a agricultura permite mais autonomia para as produtoras, no sentido que podem conciliar as atividades de cuidado com aquelas produtivas. Claro que, como veremos à frente, em todos os casos isso significa dupla jornada de trabalho, pois uma das entrevistadas falou que é só ela de mulher e três homens na casa e que o serviço de casa não é valorizado.

Já as outras duas os maridos são caminhoneiros e elas relataram que voltam para casa só fim de semana ou às vezes a cada 15 dias dependendo do frete que eles pegam para fazer com o caminhão, então além do trabalho na produção de alimentos ainda elas têm os afazeres da casa concentrados nelas e, em alguns casos, nas filhas que colaboram.

Joana conta que seu marido trabalhava de empregado e não tinha uma renda para ela, que cuidava dos filhos pequenos. Buscando esta autonomia financeira é que começou, em 2015, na produção de pepinos. Assim, resume sua motivação pela necessidade. Segundo ela, o filho mais velho estava precisando de dinheiro e ela não conseguia ajudar. Ela começou plantando pepino para conserva e saiu em busca de quem comprasse a produção na cidade. Neste ínterim ficou sabendo da existência de uma cooperativa. Diz que viu na organização a garantia da compra dos seus produtos e resolveu naquele mesmo dia se associar e dar início as entregas. Recorda que naquele momento as entregas eram diárias, pois o pepino demanda

colheita cotidiana. Permaneceu entregando pepino por dois anos e depois trocou de produção, pois o pepino dava muito trabalho, além do custo do transporte diário até a sede da cooperativa.

No que diz respeito à participação na cooperativa, a primeira motivação das mulheres foi a garantia de venda. Ana reforça esta perspectiva ao dizer que “primeira coisa que passa um tipo de segurança você tem o produto e você sabe que vai colher e vai levar lá e eles vão dar um jeito de vender, porque é assim às vezes no mercado quando você não tem o produto você leva lá assim que tá pouco: há não pode trazer mais! e, quando está sobrando: pois é acho que não vou querer!”.

Karina também diz que sua motivação foi ampliar as fontes de renda para família e, principalmente, uma fonte de renda para ela.

Como relatam todas as entrevistadas, a principal razão de participarem na cooperativa está vinculada a garantia de venda da produção. Relatam ainda, que se sentem inseridas no processo, participando das decisões e da correção de rumos do negócio, podendo dar suas opiniões para melhorarias, visando não apenas o seu próprio benefício, mas tendo a consciência do benefício coletivo. As mulheres reforçaram a importância deste tipo de organização. Além de ser um local de troca de informações e experiências, o fato de ter pessoas que pensam na comercialização permite que elas foquem mais na produção, o que lhes garante maior qualidade e produtividade.

A agricultura é a principal fonte de renda para uma das famílias. Uma não possui renda direta da agricultura, mas recebe pelo trabalho de gestão na cooperativa. Outras duas há a composição da renda com a do marido em atividades não agrícolas (são caminhoneiros). Destaque-se que nestes casos não são computados os valores daquilo que se deixa de comprar para alimentação das famílias e que, segundo as entrevistadas, faz toda a diferença no orçamento familiar.

Todas entrevistadas destacam, no entanto, que a situação da comercialização está difícil. A crise pode ajudar a compreender a diminuição do número de agricultores/as entregando produtos na cooperativa atualmente. Maria conta que a loja física foi encerrada em 2018 devido a abertura de sacolões que vieram de outras cidades e o público ficou reduzido, pois não deu para acompanhar o valor de mercado dos produtos vendidos por estes empreendimentos, ela destaca:

O nosso produto aqui é muito desvalorizado. Todos os mercados nossos aqui, vão ao CEASA de caminhão e compram tudo e pagam o preço que está na banca, não reclamam. Agora aqui, vai com cheiro verde fresquinho, bonito e eles não (referindo-se a não aceitarem a mercadoria alegando que...), fui pro CEASA ontem. O nosso problema aqui, maior, é a valorização do produto local. Não é valorizado de jeito nenhum, pelo contrário, desvalorizado. Eles falam: “No CEASA está mais barato”. Não incentivam o agricultor, mesmo sabendo que ele vai gastar o dinheiro dele aqui no mercado (entrevistada Maria).

Joana desabafa ao falar das dificuldades atuais de comercialização dizendo: “se continuar assim não sabemos como vai ficar”.

A Cooperativa busca contribuir para superação das desigualdades de gênero de várias formas. Destaca-se que elas já estão em maior parte na diretoria, conforme evidenciado no capítulo 2, e que incentivam às mulheres a produzir e se associar. Atualmente a redução do mercado e a falta de assistência técnica contribuem para dificultar este processo. Para além da justiça social que a superação da desigualdade de gênero significa, *Maria* considera que:

A mulher é bem mais responsável, ela tem menos falta, a mulher tem menos ocorrências de acidente com o carro da empresa, ela cuida mais (...) por isso puxei mais para as mulheres. Hoje somos em quatro mulheres e um homem, antes era oito funcionários e seis ou sete eram homens (*Maria*, 2019).

Ela também reforça que é necessário, para mudar a situação de desigualdade que ainda persiste no campo, a realização de atividades específicas, ou seja, que sejam direcionadas para discussão do tema, sejam elas exclusivamente para mulheres ou mistas. Neste sentido, *Maria* fala das ações já realizadas pela cooperativa com foco exclusivo para mulheres. Uma delas foi um curso de empreendedorismo para mulheres, onde o objetivo principal é a valorização da mulher. O curso foi realizado em cinco módulos, cada um com duração de uma semana por mês. Ela destaca as dificuldades de se passar para prática e mudar uma cultura que foi socialmente construída, de poder dos homens sobre as mulheres. Neste sentido, ela compartilha que, por exemplo, Joana, que já integra a cooperativa e que acredita ter uma visão diferenciada sobre o papel das mulheres, abandonou o curso no segundo módulo por discordância do marido.

Ainda no âmbito das ações da cooperativa em busca de igualdade entre homens e mulheres, foi à participação de um grupo da Coarpa na Marcha das Margaridas, onde foram para lutar por seus direitos e inclusive reivindicaram a

mudança no processo de aposentadoria que estava, à época, propondo aumentar a idade das cooperadas de se aposentar para as trabalhadoras rurais.

Ainda, em relação da conquista da autonomia, Ana tem conta em banco e administra o dinheiro de toda a família, inclusive ela que paga as contas do marido relativas ao trabalho de caminhoneiro. Destaca que a cooperativa já faz o depósito dos valores referentes a venda dos produtos dela em sua conta pessoal. Ela possui CNH (Carteira Nacional de Habilitação), desde que estava grávida da sua primeira filha e sua filha conseguiu a CNH assim que fez dezoito anos. Ela reforça a importância da carteira de motorista, já que estão distantes do centro da cidade e a mobilidade é fundamental, seja do ponto de vista da vida pessoal, mas, principalmente, para o desenvolvimento da atividade produtiva, podendo fazer, por exemplo, a entrega direta da produção. Assim, destaca que tem o seu carro, com o qual faz as entregas na cooperativa e utiliza também para entregar os artesanatos de EVA que ela e a filha produzem nas horas que não tem trabalho na plantação. Ana ilustra a importância da CNH:

O meu pai ele já sempre incentivou. “Você pode fazer não é porque você é menina que você não pode fazer”, ele sempre dizia isso. Tanto que quando eu fiz a carteira minha filha mais velha era nenezinha e meu pai falou “faça mesmo você pode” e meu marido na época trabalhava puxando leite aí eram dias e noites trabalhando e eu olhava o carro ali e eu tinha que pedir pra uma outra pessoa me levar. Aí eu disse não, eu vou fazer a carteira porque precisa, pense uma coisa boa eu não me vejo hoje sem carteira. (Ana, 2019)

Joana ressalta, no mesmo sentido:

Foi a [nome da pessoa da diretoria] que *ponho* na minha ideia. Um dia eu cheguei lá e ela falou: Porque você não tira tua carteira e vem entregar tuas verduras. E deixe ele tirando leite lá. Eu vim pra casa e disse isso, sabe? Ele virou-se sentado e disse: carteira você pode tirar, mas o meu carro você não dirige. E esse meu rapaz estava sentado no sofá e eu na louca, disse pra ele: [nome do filho], você ache uma moto pra mim, vou comprar uma moto. Mais que já, ele achou. (Joana, 2019)

Karina também possui a CNH. Ela tirou o documento em 2006 e atualmente é ela que faz as entregas da cooperativa.

Todas as entrevistadas possuem conta em banco. Nas UPF das entrevistadas, duas já acessaram financiamento, sendo que somente em uma o crédito foi em nome da mulher. Na propriedade da Joana, o financiamento é no nome do casal. Foi seu filho quem esclareceu a informação, pois ela falou que era o

marido quem tirava os financiamentos e aí o filho falou, “mas mãe, você assinou junto então é em conjunto o financiamento”.

A divisão sexual de trabalho ainda é muito presente na maioria das unidades de produção familiar (UPF) no campo e em todos os casos das unidades entrevistadas. Segundo *Maria*, uma das suas cooperadas reclamou que o marido e os filhos homens entram em casa à noite, depois do trabalho na produção, tomam banho, sentam-se para esperar a janta, cabendo a mulher servi-los. Sequer se dispõe a colaborar na limpeza de mesa e louças, ainda segundo este mesmo relato. “Eles comem e utilizam os pratos, então porque não ajudarem a lavar”, diz *Maria*, demonstrando sua indignação. Segundo ela, “se todos trabalham juntos, todos estão cansados e se todos se ajudarem essas tarefas não pesam, ficam distribuídas”.

Nota-se que isso vem sendo difundido como cultura usual de geração em geração. Muitos homens cresceram vendo seus pais agindo desta maneira em relação a suas mães, e estas, por sua vez, não tendo liberdade ou autonomia para passar algo diferente disso aos seus filhos, perpetuando a cultura e hábitos de famílias patriarcais onde os homens foram criados para os serviços pesados e as mulheres para as atividades consideradas mais leves. Claro que discordamos completamente desta divisão e nos apoiamos em Paulilo (1987), que explica claramente que o trabalho é classificado em leve ou pesado segundo quem o realiza. Além disso, nem sempre trabalho que demanda menos força física é menos pesado.

Percebemos com as entrevistas realizadas, nas falas das mesmas, que elas têm dupla jornada de trabalho Karina, que o marido é caminhoneiro, relatou que ele volta de suas viagens e se concentra na manutenção do caminhão, sempre com suporte da mulher. Karina encara esse suporte como uma ajuda, não valorizando a sua própria contribuição no trabalho, mesmo que acumulado com seus afazeres domésticos e da produção de alimentos.

De forma geral, em todas as UPF visitadas o trabalho da casa e dos cuidados é prioritariamente das mulheres (mães e filhas). Da mesma forma, foi possível perceber que, apesar de concordarem que é injusto não haver divisão, acabam fazendo já que historicamente é o trabalho das mulheres.

As mulheres precisam alterar este cenário e quebrar tais paradigmas e buscar cada vez mais a igualdade, é uma luta das mulheres, como diz *Maria*, “não queremos que as mulheres sejam mais que os homens, mas que elas andem junto

com eles”, alcançando o merecido reconhecimento de seu trabalho e das suas competências.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa atingiu seu objetivo, onde buscou-se compreender avanços na vida das mulheres na agricultura familiar em Mafra, no que diz respeito a superação das desigualdades de gênero e no reconhecimento do trabalho delas na produção de alimentos. Para isso, se realizou um estudo de caso na Cooparpa – Cooperativa Regional Agropecuária de Pequenos Produtores.

Os resultados indicam que elas produzem alimentos de qualidade, se organizaram para comercializar, aprenderam a dirigir, abriram conta em banco, fizeram cursos, participaram de protestos. Estão passando para os filhos e filhas a experiência de trabalho com a terra e de organização social e garantem para suas famílias uma alimentação diversificada e de qualidade.

Infelizmente, as mulheres, assim como todo o conjunto de agricultores familiares, enfrentam dificuldades frente ao desenvolvimento da produção convencional, ou seja, àquela que produz mais (com pior qualidade, já que com muitos insumos químicos) em menos área e com menos trabalhadores. A questão do acesso a terra mostra-se um desafio no campo dado à concentração fundiária, problemática que vem se agravando desde o processo de colonização do Brasil. Por outro lado, o acesso às terras por heranças para mulheres, algo que na geração passada ainda era um grande desafio, mostra sinais de avanço. Claro que se as famílias têm menos terras, menos será dividido e mais desafiador será produzir alimentos.

Com a realização da pesquisa, foram observados indicativos, nas propriedades entrevistadas, de avanços na igualdade de gênero. A maior parte das mulheres entrevistadas gerenciam suas propriedades. Tiveram, no entanto, que ser resilientes e se posicionarem, lutando por sua autonomia e para conquista identificada pela pesquisa.

As produtoras estão se organizando, buscando ocupar espaços de representatividade e decisão. Elas são maioria na direção da cooperativa, sendo que ocupam, inclusive, a presidência da entidade.

O trabalho de produção de alimentos para a cooperativa, no caso das associadas entrevistadas, é prioritário delas. Elas demonstram claramente gostar do trabalho que desenvolvem. A maioria das entrevistadas se engajou à cooperativa

por necessidade financeira. Além disso, apontaram também a questão da garantia alimentar e nutricional de suas famílias, a possibilidade de conciliar o trabalho da propriedade com aquele dos cuidados, dentre outros.

A divisão sexual do trabalho permanece como um desafio no meio rural, influenciando negativamente no trabalho de produção de alimentos das mulheres.

## 6. REFERÊNCIAS

- AMERICO, G.; ECKER, A. **Diagnostico de investigação do reconhecimento local. Relatório de Tempo e comunidade**, 2016. (Relatório).
- ANDRADE JÚNIOR, R. C. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COARPA)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2009.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/mafra\\_sc](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mafra_sc). Acesso em: 07 jan. 20.
- BATISTA, Luiz Cezar. **Desenvolvimento de Redes de Pequenas Agroindústrias e a Competitividade Sistêmica: Um Estudo de caso no Município de Mafra**. 2003. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Centro de Ciências Sociais, Universidade de Blumenau, Blumenau, 2003.
- BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares. Dissertação de mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina/ UFSC, Florianópolis. 2005.
- BRUMER, A.; ANJOS, G.dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA. Presidente Prudente, ano 11, nº12, p.6-17, jan.-jun./2008.
- BUTTO, A.; HORA, K. **ATER Para Mulheres: a experiência recente do governo federal**. In: **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife: CMN, 2008, v.1, p. 130-145.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica**. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 1, n. 1, p. 87-90, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. In: *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra. V. 2. 1999.
- CASTRO, L. F. P. **Agricultura familiar na América Latina: a difusão do conceito e a construção de sujeitos políticos**. In: *Revista Brasileira de Sociologia do Direito (RBSD)*, v. 3, n. 2, pg. 73-97, maio/agosto 2016.
- CHERFEM, Carolina Orquiza. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Campinas. Campinas, São Paulo, 2014.
- COARPA. **Ata de eleição de diretoria**. Mafra, 2018. (documento).
- FAO – Food And Agriculture Organization - United Nations – **Trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo**. Disponível em [www.nacoesunidas.org/fao/trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-seguranca-alimentar-no-mundo](http://www.nacoesunidas.org/fao/trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-seguranca-alimentar-no-mundo) Acesso 11 jan.20.
- FRAGA, N. C. **Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira**. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, I. Paraná, **Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.
- GODOY, A. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, Março-Abril, 1995, p. 57-63.
- GRISA, Katia. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. 2010.
- GUILHOTO JM, ICHIHARA SM, SILVEIRA FG, GAIGER F, DINIZ BPC, AZZONI CR, **Historia de Mafra**, disponível em <<https://www.mafra.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/28127>>, acesso em 06/10/19.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. [Rio de Janeiro, 2019]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 07 nov. 2020
- LECAMPO- LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Alteração curricular**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. (Impresso).
- Mafra** disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/mafra.html>>, acesso em 06/10/19.
- MATTEI, Lauro. **A importância do sistema familiar de produção no estado de Santa Catarina**. *Revista NECAT*, v.5, n.9, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://stat.necat.incubadora.ufsc.br/index.php/necat/article/view/4170>>, Acesso em: 25 mar. 2019.

MESQUITA, G. R. I. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher**. Universidade Federal de Goiás. Programa de pós-graduação em Ciência Animal, Disciplina: seminários aplicados. Goiânia, 2012.

Ministério da Agricultura. **O papel da da mulher na segurança alimentar** – Artigo. Disponível em [www.acricultura.gov.br/noticias/artigo-2013-o-papel-da-mulher-na-seguranca-alimentar](http://www.acricultura.gov.br/noticias/artigo-2013-o-papel-da-mulher-na-seguranca-alimentar) Acesso em 13 jan.2020

MOREIRA GRC. **A Importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)**, Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). 2007. Disponível em: <[http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file\\_459.pdf](http://www.usp.br/feaecon/media/livros/file_459.pdf) > Acesso em: 07 jan. 2020.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, **História**. Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 17 de setembro de 2019.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **A luta de enfrentamento cotidiana contra o capitalismo e o patriarcado no campo** In: MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Feminismo Camponês e Popular. Associação Nacional de Mulheres Camponesas- ANMC2018.

NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. (organizadoras)**. Niterói: Alternativa, 2013, 431 p.

PAULILO, M. I. S. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio**. In:

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. In. **Ciência Hoje**, vol 5, num.28, jan/fev. 1987.

Paulilo, M. I. S.; Schmidt, W. (org) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p. 183-211.

PEREIRA, V. V. V. R; BAZOTTI, A. **Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento**. Nota técnica do IPARDES, Curitiba, n. 16, p. 1-45, nov. 2010.

SAFFIOTTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, (2004).

SALES, C. M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, 2007.

SANTA CATARINA. **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SANTANA, A. M. **Mulher mantenedora/homem chefe de família: uma questão de gênero e poder**. GEPIADDE, 2010, 4(8), 71-87.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil para análise histórica**. (1989)

SCOTT, P; CORDEIRO, R; MENEZES, M. **Gênero e Gerações em Contextos Rurais. (organizadoras)**. Ilha de Santa Catarina Editora Mulheres, 2010,474 p.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Editora UFRJ, 2015.

VEIGA, J.E. **O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**, Estudos Avançados, 43, Setembro-Dezembro 2001, pp. 101-119.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2002.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Revista Estudos Feministas, 2001, p. 460-482. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>> Acesso em 21 mar 2019.

## 7. APÊNDICE

### 7.1 Roteiro de entrevista

1 - Nome dos moradores que fazem parte da residência? / Quem é o associado? O marido ou a esposa?

a. Qual a área das propriedades?

b. Como foram adquiridas as terras e quando?

c. De quem são as terras?

d. Quais são as pessoas que compõem o núcleo familiar, ou seja, quem é da família (nome e idade) que mora na propriedade? Qual a atividade de cada membro da família (na propriedade e/ou fora dela)

2 - Quantas pessoas fazem parte (trabalham) na produção? Como são divididas as tarefas?

3 - Há quanto tempo são associados? E por que resolveram se associar a Cooperativa?

4 - Há divisão de tarefas entre homens e mulheres na propriedade?

5 - Qual a escolaridade dos moradores da casa? E o motivo porque não continuaram a estudar, se for o caso?

6 - De quem foi à ideia de produzir alimentos do homem ou da mulher? E a ideia de se associar a Cooparpa como surgiu?

a. Desde quando faz parte da Cooparpa? Como foi o processo de adesão na cooperativa? De quem foi a iniciativa?

b. O que é a Cooparpa para você? Para que esta cooperativa foi criada?

c. Qual a importância da cooperativa na sua vida e para a propriedade?

d. Como a família participa da vida da cooperativa? Como o homem participa? Como a mulher participa? Explique? (A ideia aqui é identificar que atividades a cooperativa promove, desde reuniões, cursos, assembleias, etc, além de estabelecer quem participa das atividades promovidas pela entidade)

e. Qual foi a última reunião que você já participou? E seu marido?

f. Qual a importância da cooperativa (dos seus cooperados/as) na produção de alimentos em Mafra?

- 7 - Qual é a importância do trabalho das mulheres em sua opinião? E do trabalho dos homens?
- 8 - O lucro das vendas dos alimentos é designado para qual finalidade? Quem gerencia esse valor (homem ou a mulher)?
- 9 - A produção é toda vendida ou uma parte fica para alimentação familiar? Explique?
- 10 - Como estão vendo a produção de alimentos na região? Notam a possibilidade de expansão?
- 11 - Tem outra fonte de renda? Quais seriam?
- 12 - Qual é a mais rentável? Explique.
- 13 - Possuem conta em banco? Em nome de quem?
- 14 - Quando e feita à venda o valor é depositado na conta? E conta de qual dos integrantes da família?
- 15 - Recebem incentivos à agricultura familiar? Quais?
- 16 - Tem oportunidades para fazer cursos voltados a produção de alimentos? Se sim, de quanto em quanto tempo tem essas oportunidades? E quem disponibiliza? Participam de outras formações/atividades?